

REGISTRO DE NASCIMENTO É UM DIREITO QUE DÁ DIREITOS



**MOBILIZAÇÃO NACIONAL PARA
O REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO
E DOCUMENTAÇÃO BÁSICA**



O BRASIL QUER INCLUIR SOCIALMENTE TODOS OS BRASILEIROS E BRASILEIRAS SEM REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E MUITOS DELES VOCÊ CONHECE

Por todo o País, existem ainda muitas pessoas sem registro de nascimento que, por causa disso, não podem obter outros documentos obrigatórios, não podem ser cadastradas em programas sociais, não são contempladas no planejamento de políticas públicas, entre outras limitações. O registro de nascimento é o primeiro passo para o pleno exercício da cidadania.

E VOCÊ É UM POTENCIAL AGENTE MOBILIZADOR QUE PODE MUDAR A VIDA DESSAS PESSOAS PARA MELHOR

O Decreto 6.289, de 6 de dezembro de 2007, lançou o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica convocando União, estados, municípios, instituições privadas, organismos internacionais e sociedade a contribuir para erradicar



o sub-registro civil de nascimento até 2011 e ampliar o acesso à documentação básica.

Faça parte da Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica. Seu compromisso faz diferença nesse esforço que envolve prefeituras, Poder Judiciário, Ministério Público, gestores e agentes de programas sociais, registradores civis de todo o País, entre outros.

Esta cartilha é destinada aos agentes mobilizadores e contém informações para auxiliá-los em seu engajamento e na orientação da sociedade. Junto com o cartaz explicativo e com o folheto-resumo, serve como material orientador de apoio para aumentar a eficiência da ação de mobilização.

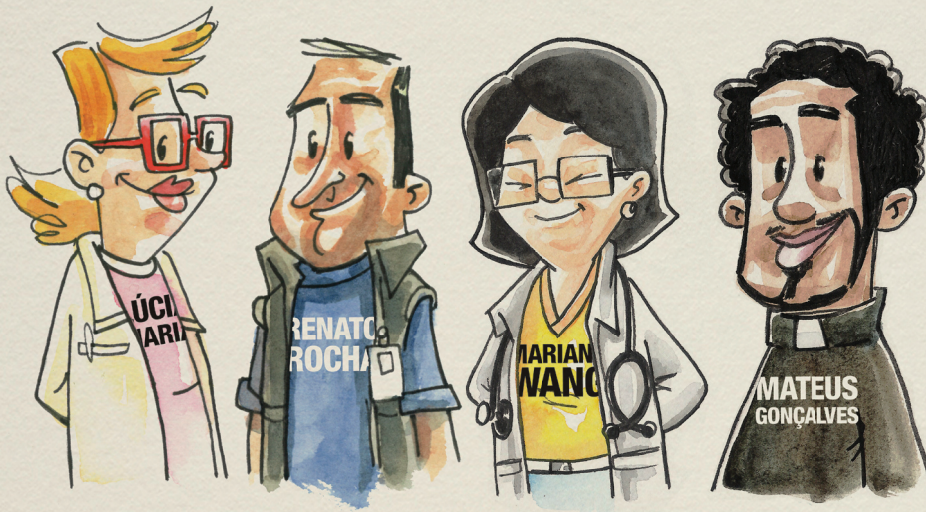
Atingir a meta de erradicação do sub-registro até 2011 e a ampliação do acesso à documentação básica exige o envolvimento de muitos. A Mobilização Nacional é um passo importante para garantir que todas as pessoas nascidas no Brasil tenham nome, sobrenome, nacionalidade e documentação básica que lhe permitam exercer seus direitos.

COM VOCÊ VAMOS FAZER A FAMÍLIA BRASIL CRESCER

Saiba mais em www.direitoshumanos.gov.br



O QUE VOCÊ PRECISA SABER PARA COLABORAR COM ESTA CAUSA



Além da falta de informação da população e da distância do cartório, muitas pessoas adiam as providências de registro civil pela dificuldade de cumprir as exigências legais. É preciso superar condicionamentos culturais, informando sobre a importância do registro de nascimento feito ao nascer, sobre a gratuidade do registro, os requisitos para obtê-lo e as vantagens sociais de ser registrado, para evitar futuras



dificuldades. Também é fundamental orientar sobre a documentação civil básica, necessária para todos, e não apenas para o chefe de família.

Outro ponto importante é a perda da primeira via da certidão de nascimento. Obter a segunda via nem sempre é uma tarefa fácil e tem custo. A segunda via da certidão é gratuita apenas para os reconhecidamente pobres.

Se houver orientação, ampliação da oferta e facilitação do acesso aos serviços, é possível diminuir o quadro atual de sub-registro até chegarmos à erradicação.

SUB-REGISTRO ZERO ATÉ 2011

Tudo se inicia com a adesão ao compromisso nacional, e contamos com o seu engajamento neste esforço. Para aderir é preciso:

- Instituir o Comitê Gestor municipal se ainda não foi instituído. O Comitê Gestor é responsável por planejar, executar e monitorar as ações permanentes de mobilização para erradicar o sub-registro até 2011, além de ampliar o acesso à documentação básica.
- Organizar ou participar de ações intensivas, como mutirões e serviços itinerantes de registro civil, na mobilização realizada



todos os anos. Em 2008 a Mobilização Nacional ocorrerá de 17 de novembro a 19 de dezembro.

- É preciso que este esforço de mobilização para o registro civil de nascimento e documentação básica seja mantido ao longo dos anos, para que as pessoas não-documentadas possam obter a certidão de nascimento, RG, CPF, CTPS e, assim, exercer os direitos que esses documentos possibilitam.

CONTAMOS COM VOCÊ PARA ATINGIR ESTA META

Cada agente mobilizador(a) deve trabalhar em articulação com o Comitê Gestor Municipal. Caso o comitê ainda não exista no seu município, este é o momento para a sua criação.

Inicialmente, é preciso identificar e caracterizar as pessoas sem registro civil e sem documentação do seu município. Em cada localidade é preciso definir a melhor maneira de alcançar esse objetivo. A busca de pessoas pode ser feita por meio de visita domiciliar, realização de reuniões com líderes comunitários(as), associações, igrejas, cartórios e com outros agentes municipais e gestores de programas sociais locais, sejam governamentais ou de organizações sociais privadas.



Em seguida, sabendo quantas são, quem são (características) e onde estão as pessoas não-registradas e não-documentadas, já é possível organizar uma ação intensiva que possa garantir o acesso aos órgãos emissores.

Essa ação deve considerar:

- Organização de meios para informar a população sobre a gratuidade do registro civil de nascimento, endereço(s) e horário(s) de funcionamento do(s) cartório(s) e também para orientar quanto à obtenção dos principais documentos básicos (RG, CPF e CTPS). Podem ser aproveitados todos os materiais informativos dos diversos setores em circulação no município. Devem-se buscar todos os meios de sensibilização e divulgação disponíveis, tais como carros de som, rádios, jornais e cartazes.

- Definição de estratégias especiais para garantir o direito ao registro civil e à documentação básica, principalmente aos diversos grupos de população específicos, com destaque para os povos indígenas, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, outros grupos de populações tradicionais, trabalhadores(as) rurais, acampados(as),





assentados(as), catadores(as) de material reciclável, pessoas de baixa renda e que vivem longe dos cartórios.

Atenção: os povos indígenas são povos originários, têm o direito, mas não são obrigados ao registro civil de nascimento.

- Organização de formas de fazer chegar os serviços de registro civil aos que não o possuem, a exemplo de mutirões sistemáticos junto aos públicos prioritários, serviços nas maternidades, serviços itinerantes, buscas ativas das crianças nascidas e que não foram registradas passados os primeiros 90 dias.

Dicas do que pode ser feito:

- Informar e sensibilizar os pais – e os futuros pais – sobre a necessidade de registrar seus filhos para garantir-lhes direitos civis.
- Informar que não será cobrada taxa pelo registro civil de nascimento ou de óbito, bem como pela primeira certidão desses registros, conforme o artigo 30 da Lei nº 9.534/97.
- Assegurar às mães o recebimento da Declaração de Nascido Vivo – DNV, emitida pelo hospital ou maternidade, conforme artigo 9º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.



- Orientar os pais sobre o direito de realizar o registro no local de residência ou no lugar de nascimento da criança – Lei nº 6.015/73.

- Articular uma parceria entre hospital ou maternidade e o Cartório de Registro Civil para a implantação do Posto Avançado na maternidade, com autorização da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado.

- Informar aos pais sobre a existência do posto na maternidade e sensibilizá-los sobre a facilidade do acesso ao registro.

- Estabelecer como rotina, no hospital ou maternidade, o monitoramento por meio de relatório mensal que descreve o número de nascidos vivos e o número de registros efetuados nos postos avançados.

- Orientar a mãe para levar o Cartão da Criança no momento do registro, para colocar nele o número do registro do nascimento do bebê.

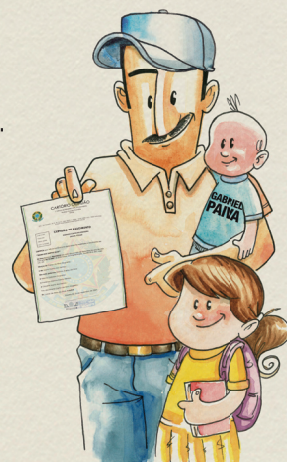
Por que o registro civil de nascimento é tão importante?

Simples. Sem esse registro, uma pessoa, para todos os efeitos legais,



não possui nome, sobrenome e nacionalidade, portanto não aparece para o Estado. Sem o registro e a certidão de nascimento, ninguém pode obter a documentação básica, a exemplo de:

- Carteira de identidade (RG).
- Cadastro de pessoa física (CPF).
- Carteira de trabalho e previdência social (CTPS).
- Habilitação de motorista.
- Certidão de óbito.



Sem o registro de nascimento não é possível:

- Fazer matrícula em escolas.
- Realizar o casamento civil.
- Registrar filhos.

Sem o registro de nascimento e a documentação básica também não é possível:

- Participar dos programas sociais do Governo Federal, como Bolsa Família, Luz para Todos, Pronaf, entre outros.
- Gozar dos direitos assegurados aos(as) trabalhadores(as), como Seguro-Desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço,



Aposentadoria Remunerada, Licença-Maternidade, 13º salário, férias, entre outros.

- Fazer o alistamento militar.
- Abrir conta em banco.
- Obter crédito.
- Comprar terras e imóveis com escritura.

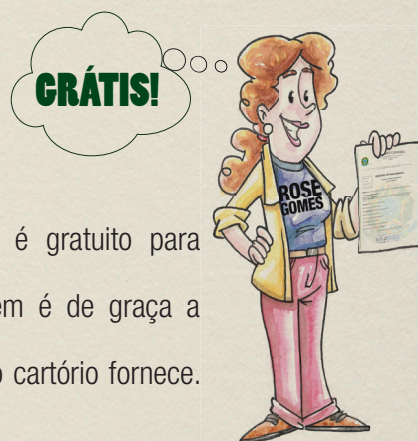
Qual a diferença entre registro de nascimento e certidão de nascimento?

O registro fica no cartório. A certidão fica com a pessoa. O registro civil de nascimento é feito uma única vez em livro específico do cartório.

A certidão de nascimento é o documento que a pessoa recebe e que traz os dados do registro.

É verdade que o registro de nascimento é feito de graça?

Sim. O registro civil de nascimento é gratuito para todos(as) os(as) brasileiros(as). Também é de graça a primeira certidão de nascimento que o cartório fornece.



Caso seja necessária uma segunda via da certidão, esta só é gratuita para os reconhecidamente pobres, de acordo com a Lei nº 9.534/97. O estado de pobreza será comprovado por declaração do próprio interessado ou a rogo (seu pedido), tratando-se de analfabeto(a), nesse caso, acompanhada da assinatura de duas testemunhas.

Onde fazer o registro civil de nascimento?

O registro é feito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais do lugar onde a criança nasceu ou reside. O prazo legal é de até 15 dias após o nascimento ou três meses, se a criança reside a mais de 30 quilômetros do cartório. Após esse prazo, o registro poderá ser feito somente no cartório mais próximo de onde a pessoa reside. Serviços de cartórios podem ser encontrados na cidade, na maternidade, em mutirões ou em serviços itinerantes.



12



Quais os documentos necessários para fazer o registro?

Depende de cada caso.

Se os pais são casados, apenas um deles precisa comparecer ao cartório portando:

- A via amarela da Declaração de Nascido Vivo (DNV), fornecida pelo hospital ou maternidade.
- Certidão de casamento e documento de identificação.

Se os pais não são casados, ambos devem comparecer ao cartório portando:

- A via amarela da Declaração de Nascido Vivo (DNV), fornecida pelo hospital ou maternidade.
- Um documento de identificação.



Nesse caso, se o pai não puder ir junto, a mãe só pode fazer o registro civil com o nome paterno se tiver uma declaração do pai para esse fim específico (com firma reconhecida). Se a mãe não tiver essa declaração, ela pode fazer o registro em seu nome apenas. A qualquer tempo, o pai pode comparecer ao cartório para registrar a paternidade, espontaneamente ou em cumprimento de determinação judicial.

13

Se a criança não nasceu em hospital e não tem a DNV, os pais devem comparecer ao cartório acompanhados obrigatoriamente por duas testemunhas maiores de 18 anos que confirmem a gravidez e o parto.

Se os pais não são registrados, devem primeiro se registrar para depois registrar o(a) filho(a).



Se os pais são menores de 18 anos e não-emancipados, devem comparecer ao cartório para fazer o registro do(a) filho(a) acompanhados dos avós da criança, maternos e paternos, ou de seus representantes legais.



O registro civil de pessoa com 12 anos ou mais requer a presença de duas testemunhas maiores de 18 anos que declarem conhecer a pessoa e confirmem sua identidade.



**É MUITO IMPORTANTE GUARDAR
E PRESERVAR A CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

E se a pessoa perder a primeira via ou até mesmo a segunda via da certidão de nascimento?

Deve solicitar a emissão de outra certidão no cartório onde foi registrada. Nesse caso, o cartório irá cobrar uma taxa pela segunda via da certidão. São isentas dessa taxa pessoas reconhecidamente pobres.

Caso a pessoa resida em outro estado, ela pode fornecer uma procuração a algum familiar para que vá até o cartório solicitar em seu nome a segunda via.

E a população indígena?

Pode fazer registro civil normalmente?

Sim. A emissão do registro civil de nascimento para indígenas não revoga nenhum dos direitos garantidos a esses povos na Constituição de 1988, não sendo, porém, obrigatório aos indígenas o registro civil de nascimento, a não ser por sua própria vontade. No caso desses povos, também é assegurado o uso dos nomes de sua livre escolha, não sendo obrigatório que adotem nomes em português. O mesmo respeito pelos costumes e tradições



ancestrais deve ser considerado quando se tratar de quilombolas e ciganos nascidos no Brasil.

E sobre outros documentos básicos?

Saiba como orientar para que servem e como obter documentos como a carteira de identidade – ou RG – o CPF e a carteira de trabalho, também conhecida como CTPS. A mobilização para a documentação básica está estruturada nesses três documentos: carteira de identidade, CPF e carteira de trabalho.



Registro Geral (RG) ou Carteira de Identidade

O registro geral (RG) ou carteira de identidade é o documento que registra as características individuais de cada pessoa com foto e impressões digitais. Nele constam o nome completo, filiação, naturalidade e data de nascimento.

Os documentos a serem apresentados para obter o RG são: certidão de nascimento (original ou cópia autenticada) para quem for solteiro(a) ou certidão de casamento (original ou cópia autenticada) para quem



teve alteração de sobrenome após o casamento e três fotos 3x4, iguais e recentes.

Caso a pessoa queira que no seu RG conste, também, o número do CPF, deverá apresentá-lo no momento da solicitação.

Os órgãos emissores de RG são as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou outros órgãos credenciados no Estado. Na maior parte dos estados esses órgãos cobram uma taxa para emissão da primeira via da carteira. Nos mutirões itinerantes do PNDTR e no Expresso Cidadã, o RG é emitido gratuitamente.

Para menores de 16 anos solteiros e não-emancipados obterem o RG, devem estar acompanhados por um de seus responsáveis (pai, mãe, tutor, guardião ou acompanhante nomeado por juiz da Vara de Infância).

Para obtenção de segunda via em caso de furto, roubo ou extravio, é necessário apresentar cópia ou original do boletim de ocorrência, além da certidão de nascimento ou certidão de casamento (original ou cópia autenticada).





Cadastro de Pessoa Física (CPF)

O CPF é o documento que identifica o contribuinte pessoa física perante a Secretaria da Receita Federal (SRF). O CPF armazena as informações cadastrais da pessoa, fornecidas pelo próprio contribuinte e pelos outros sistemas de dados da SRF. O CPF é obrigatório para abrir contas em bancos e obter crédito.

Os documentos necessários para obter o CPF são: certidão de nascimento original ou cópia autenticada, ou a carteira de identidade. As pessoas maiores de 18 anos deverão apresentar também o título de eleitor. Uma vez cadastrada, a pessoa receberá um número de CPF que será o mesmo por toda a sua vida.

Os órgãos emissores do CPF são os agentes financeiros (bancos), as agências dos Correios e órgãos públicos que possuem convênios com a Receita Federal. É cobrada uma taxa de R\$ 5,50 pela emissão do cartão do CPF.

O CPF gratuito é fornecido nas agências da Caixa Econômica Federal para os usuários do Programa Bolsa Família e nas agências do Banco do Brasil para os usuários do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf.



Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

O uso da carteira de trabalho é obrigatório para comprovar a relação de trabalho assalariado. Nela são registrados o contrato de trabalho, férias e alterações de salário. Além dos dados pessoais, contém ainda a foto e as impressões digitais. Ela também vale como documento de identificação e é sempre emitida gratuitamente. Somente pessoas maiores de 14 anos podem obter a CTPS.

Quais os documentos necessários para fazer a CTPS?

Para emissão da CTPS é necessário apresentar a certidão de nascimento, ou a carteira de identidade, e o CPF. Além disso, é preciso fornecer duas fotos 3x4.



Atenção: quando a CTPS é expedida, o Ministério do Trabalho e Emprego cadastra o(a) trabalhador(a) nos programas PIS / PASEP. Esse número de inscrição é importante para consulta e saque de benefícios sociais, quando tiver direito a eles (PIS, FGTS, Seguro-Desemprego, Abono Salarial). Mas esse cadastro só é feito na emissão da CTPS informatizada, em que é obrigatória a apresentação do CPF.

A CTPS é emitida nas Superintendências Regionais do Trabalho, nas Agências de Atendimento ao Trabalhador e também nos municípios que possuem convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Atualmente, cerca de 5.251 municípios possuem convênio com o MTE para emissão da CTPS. Sua emissão também pode ser feita em mutirões itinerantes como, por exemplo, nos mutirões do PNDTR.

A segunda via da CTPS pode ser obtida no caso de perda, roubo, extravio da CTPS original. Nessas hipóteses a pessoa deverá apresentar, além das fotos e documentos, o boletim de ocorrência policial. No caso de dano que impeça sua utilização normal (perda de fotos, rasuras extensas, perda de páginas importantes), a pessoa deve apresentar a via antiga para requerer uma segunda via.



O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, emite gratuitamente a carteira de identidade, CPF e CTPS nos Territórios Rurais de Cidadania, seja nos mutirões itinerantes que organiza ou no Expresso Cidadã. Informe-se nas Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário e nas Superintendências Regionais do Incra para saber quando haverá mutirão itinerante do PNDTR em seu município.



Parceiros da Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República • Ministério da Defesa • Ministério do Desenvolvimento Agrário • Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome • Ministério da Educação • Ministério da Fazenda • Ministério da Justiça • Ministério da Previdência Social • Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão • Ministério da Saúde • Ministério do Trabalho e Emprego • Ministério da Cultura • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE • Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA • Instituto Nacional do Seguro Social – INSS • Caixa Econômica Federal • Banco do Brasil • Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça • Unicef • ARPEN Brasil • Anoreg Brasil • Pastoral da Criança.



Orientações complementares sobre documentação básica podem ser obtidas junto ao Programa de Promoção da Igualdade de Gênero,

Raça e Etnia – MDA / Incra

Telefones: (61) 2191-9845 / 2191-9869

www.mda.gov.br/aegre

Mais informações sobre o registro civil de nascimento podem ser obtidas na Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Sala 207

CEP 70064-900 – Brasília-DF

Telefones: (61) 3429-9206 / 3218 / 3798 / 3627

registrocivil@sedh.gov.br

www.direitoshumanos.gov.br

Coordenação:

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

da Presidência da República – SEDH/PR

Qualquer violação do direito ao registro civil de nascimento deve ser comunicada à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado



Secretaria Especial
dos Direitos Humanos

